

Índios se negam a deixar áreas invadidas em MS

David Majella/Campo Grande News

Depois de ter ordem de reintegração de posse das 11 fazendas desobedecida, juiz ainda se reúne com fazendeiros e caciques, mas terenas rejeitam acordo

JOÃO NAVES DE OLIVEIRA
 Especial para o Estado

CAMPO GRANDE – Os mais de 500 índios terenas que ocupam 11 fazendas em Sidrolândia, a 140 quilômetros de Campo Grande, se recusaram ontem a cumprir ordem de reintegração de posse expedida na noite de quarta-feira pelo juiz da Terceira Vara da Justiça Federal, Odilon de Oliveira. O magistrado reuniu-se ontem de manhã com caciques e fazendeiros na sede da Justiça Federal, na capital sul-matogrossense, mas não houve acordo. Oliveira formou uma comissão para negociar com os indígenas no local do conflito, mas também não teve sucesso.

Em troca da desocupação, o juiz prometeu aos índios maior agilidade no julgamento de 108 ações declaratórias que questionam estudo antropológico para ampliar a área da reserva indígena Buriti, localizada na região. Ele garantiu ainda que seriam refeitas as perícias técnicas das fazendas supostamente localizadas dentro do território dos índios. Os caciques não acreditaram na promessa do juiz, alegando que a briga em defesa do território existe há pelo menos seis décadas e “não é agora que vai acabar”.

Quatro caciques representaram os 540 índios que estão ocupando as fazendas. Eles afirmaram que não poderiam decidir sobre a saída da área sem consenso dos terenas.

Autoridades da Justiça e do governo estadual farão nova tentativa de resolver o impasse hoje. Além de Oliveira, estiveram na aldeia o secretário de Justiça e Segurança Pública, Dagoberto Nogueira Filho, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Leôncio Brito, o procurador do Ministério Público Federal, Wilson Rocha de Almeida Neto, o assessor do Ministério da Justiça, Cláudio Beirão, e o chefe do posto indígena local, Jorge das Neves, além de deputados estaduais.

São os mesmos que estiveram reunidos na sede da Jus-

tiça Federal. “Os índios estão cansados de esperar. A Funai tenta acalmar a situação há muitos anos, mas agora a paciência acabou”, disse Neves.

Decreto – Segundo o presidente da Federação da Agricultura, Leôncio Brito, os produtores rurais não aceitam o Decreto Federal 1.775, que trata da demarcação de terras indígenas. “O decreto está insuflando os índios e permite que a identificação da área indígena seja feita pela Funai. No decreto também consta que o Ministério da Justiça pode se manifestar assim que houver pedido de reintegração, mas o dono das terras tem de esperar prazo de 90 dias para solicitar a contradição (revisão da área demarcada).”

Os proprietários das fazendas invadidas disseram que os prejuízos “estão crescendo” em seus imóveis, desde segunda-feira. Há matança de animais e depredação das construções, afirmaram eles. Júlio César Garabini, dono da Fazenda São Jesus (1.197 hectares de “área produtiva”), disse que desde terça-feira, quando cerca de 70 índios ocuparam sua propriedade, os terenas já mataram e consumiram dois bois.

DONOS SE QUEIXAM DE PREJUÍZOS CRESCENTES

Cimi prevê que conflitos ainda vão se agravar

ROLDÃO ARRUDA

O conflito entre índios e proprietários pela posse da terra deve se intensificar. A previsão é do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a maior organização do País de apoio aos grupos indígenas. Para seus dirigentes, o governo está protelando decisões sobre demarcações de reservas, o que causa reações dos índios e agrava a tensão com os fazendeiros. Nos primeiros seis meses do ano os conflitos já provocaram 11 mortes, quase o dobro do registrado no mesmo período do ano passado, conforme estatística do Cimi.

“Havia a esperança de que o presidente Lula agisse com rapidez e homologasse todos os processos de demarcação de terras indígenas”, diz o presidente da organização, o bispo Franco Masserdotti, da Diocese de Balsas. “Mas ele tem agido com lentidão, como se fosse a continuidade do governo anterior.”

Para o secretário do Cimi, Eden Magalhães, a lentidão é causada por pressões de governadores e políticos ligados a ruralistas, que tentam impedir a demarcação. “Os índios estão perdendo a paciência, o que vai deixar a situação mais tensa.”

Os Estados com mais problemas seriam Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Bahia, Roraima e Santa Catarina, segundo o Cimi. O caso mais claro da morosidade do governo, para Magalhães, é a reserva Raposa/Serra do Sol – 1,6 milhão de hectares em Roraima, onde vivem os povos Taurepang, Macuxi, Wapichana, Patamona e Ingarikó. “Todos os procedimentos para a demarcação já foram feitos, falta apenas o governo homologar”, diz. “Mas a medida está sendo adiada. Isso só serve para animar os grupos que fazem pressão contra a demarcação.”

O Cimi é ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e tem 11 escritórios regionais, que cobrem todos os Estados. Embora ainda seja a maior organização do setor, vem perdendo influência entre os índios, especialmente na Região Norte, onde eles estão construindo organizações próprias.



Em Sidrolândia, terenas esperam enquanto caciques discutem desocupação com juiz: sem acordo para sair



Valdinei Rezende/Correio do Estado